

**ARTIGOS**

## GUERRA À MANIPULAÇÃO

**VERA DEBONI**  
Vice-presidente administrativa  
da Ajuris



O presidente da Fiergs afirmou a existência de uma guerra entre os poderes no Estado que seria promovida em nome de privilégios e com desprezo à sociedade. Os argumentos articulados, no entanto, não sustentam minimamente a tese.

A história demonstra que o sonho de todo déspota é governar sem qualquer freio. Contudo, é essa mesma história que comprova as graves consequências de tal pretensão para a cidadania, por isso há muito as democracias reafirmam a existência da separação dos poderes e lhes dão garantias institucionais e prerrogativas aos seus membros.

O que os diferencia, afora as funções típicas de cada um, são as suas respectivas autonomias e independências, sem as quais haveria a quebra do equilíbrio e a submissão dos demais poderes ao Poder Executivo.

Quando os chefes dos poderes fazem valer as suas

independências, não estão declarando guerra, mas sim cumprindo o seu dever constitucional, pois do contrário negariam a existência do poder e, em relação ao Judiciário, não haveria a garantia da efetividade dos direitos e das liberdades públicas e a preservação das garantias fundamentais à cidadania que paulatinamente busca proteção contra as arbitrariedades do

O sonho de todo déspota é governar sem qualquer freio

poder público e do setor privado, estes às vezes em conluio como se vê na esfera penal no caso da Lava-Jato.

Outrossim, afirmar que o pagamento de salários integrais e em dia é um privilégio, que direitos adquiridos são privilégios, revela estratégia manipuladora. Ao mesmo

tempo em que nega o próprio direito, pretende retirar a responsabilidade do chefe do poder inadimplente para jogá-la nos chefes dos demais poderes.

Ignora ainda os auxílios amplamente divulgados de ajuda financeira direta feita pelo Judiciário e pelo Legislativo, sobre os quais não há uma linha sequer.

Todavia, o que mais impressiona é que um líder sindical empresarial busque menosprezar a atividade dos líderes sindicais dos servidores públicos, como se estivessem agindo à margem do direito.

Logo a Fiergs, que, segundo o economista Alfredo Meneghetti Neto, pesquisador da extinta FEE e professor da PUC-RS, é a grande defensora dos incentivos fiscais, os quais, no entanto, não efetivaram as promessas de geração de emprego e desenvolvimento e acarretaram perda de arrecadação que prejudicaram e continuam prejudicando a sociedade como um todo.

## PEDÁGIO SÓ SE JUSTIFICA COM DUPLICAÇÃO DE RODOVIA

**GILMAR SOSSELLA**  
Deputado estadual (PDT)  
gab.gilmarsossella@al.rs.gov.br



Nossa experiência na presidência da CPI dos Pedágios da Assembleia Legislativa, que analisou as concessões das rodovias gaúchas, nos mostrou claramente o modelo que não queremos que se repita no Rio Grande do Sul. Exatamente por isso que, ao acompanhar a audiência pública promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no último dia 16, em Porto Alegre, e analisar o programa de concessão de rodovias federais para o Estado, três pontos importantes ficaram evidentes e nos causam forte preocupação.

O primeiro deles é a ausência de diálogo com a sociedade. Os moradores dos 32 municípios gaúchos atingidos pelo sistema rodoviário a ser

concedido (que engloba as BRs 101/290/386/448) querem conversar sobre o tema em audiências públicas em suas regiões. Precisamos ampliar o debate em torno do modelo de pedágio nacional que irá impactar a vida da população pelos próximos 30 anos.

Não merecemos passar mais 15 anos sem ver a BR-386 duplicada

O segundo ponto que destacamos é que este não é o momento indicado para lançar o programa de concessão. As taxas de juro estão mui-

to altas, ou seja, as empresas e concessionárias terão que pagar recursos com juro alto que, consequentemente, influenciarão no valor final da tarifa.

O terceiro – e não menos importante – é quanto ao Programa de Exploração da Rodovia (PER), que prevê investimento em duplicação somente a partir do 12º ano de concessão. Ora, a conservação da rodovia tem sido feita satisfatoriamente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Para isso não precisamos pagar pedágio.

A finalidade do programa de concessão precisa ser muito maior do que isso. Afinal, não merecemos passar mais 15 anos sem ver a BR-386 duplicada. Pedágio só se justifica se tiver pista duplicada.

## IOTTI

iotti@iotti.com.br



## RBS BRASÍLIA

**Carolina Bahia**  
carolina.bahia@gruporbs.com.br  
@Carolina\_Bahia

Veja outras colunas em [zerohora.com/carolinabahia](http://zerohora.com/carolinabahia)

## Corte no auxílio-doença é de 89%

Aumentou o número de benefícios do auxílio-doença cancelados pelo pente-fino do governo federal no Estado. O último balanço do Ministério do Desenvolvimento Social mostra que 89,8% dos gaúchos que passaram pela perícia apresentaram alguma irregularidade e não recebem mais os recursos – contra 81% do primeiro levantamento. Das 6.230 perícias realizadas, 5.598 repasses foram cancelados.

Ainda existem casos de pessoas que não se apresentaram para a revisão, no total de 985. A economia chega a R\$ 103,4 milhões. O raio X ainda deve se estender pelos próximos oito meses no RS. O Estado se destaca no país pelo número de fraudes ou distorções. O secretário-executivo, **Alberto Beltrame**, acredita que isso acontece devido ao alto índice de judicialização. No Brasil, os cancelamentos chegam a 84% das perícias.

## NAS SOMBRAS

Embora os senadores aleguem que precisam da proteção do sigilo, seria interessante que as votações sobre indicações de ministro ao STF fossem abertas na CCJ e no plenário. Sobre **Alexandre de Moraes**, tem senador da base aliada prometendo um voto ao governo e outro para o eleitor.

## GRITO DE CARNAVAL

A Câmara só terá sessão em plenário até a próxima quarta-feira, às 9h. Às vésperas do Carnaval, os deputados serão liberados mais cedo para a folia. Mas trabalho não falta. Estão em andamento, por exemplo, as comissões das reformas da Previdência, do Trabalho, mais o debate sobre a dívida dos Estados e o pacote anticorrupção.

## SE A MODA PEGA...

Uma investigação provoca mal-estar no STF. A PGR solicitou, e o ministro **Edson Fachin** autorizou, levantamento sobre quantas vezes o advogado **Eduardo Ferrão** esteve na Corte em 2016. “A percepção de **Renan Calheiros** e de **José Sarney** é de que Eduardo Ferrão tem acesso privilegiado a Vossa Excelência”, justificou **Rodrigo Janot** na petição enviada ao então ministro **Teori Zavascki**.

## SE A MODA PEGA 2

**Teori e Ferrão** eram amigos. Na relatoria da Lava-Jato, porém, Teori sempre foi reconhecido pelas decisões técnicas. Por isso, em meio ao clima de desconfiança que toma conta da Lava-Jato, a interpretação entre magistrados é de que estão querendo investigar os ministros.